

RUMOS DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM PORTUGAL (3^a CONFERÊNCIA)



LIVRO DE RESUMOS

Secção temática Conhecimento, Ciência e Tecnologia,
Associação Portuguesa de Sociologia & Centro de Estudos
de Comunicação e Sociedade



BRAGA | ICS | 7 E 8 DE SETEMBRO 2017

Programa

7 de setembro de 2017

ICS, Gualtar, Braga

Sessão abertura 10h30-11h00 // Sala de atos, ICS

Sessões paralelas 11h00-13h00 // Edifício do ICS

Sessão plenária, 14h15-15h45 // Sala de atos, ICS

***Academic line-ups: on life-lines, time-lines and trajectories
towards the future***, com Ulrike Felt

Sessões paralelas 16h00-18h00 // Edifício do ICS

8 de setembro de 2017

INL – Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, Gualtar

Sessões paralelas 09h00-10h30 // INL

Encerramento - 11h00-13h00, INL

Mesa-redonda

Nanotecnologias e sociedade: da investigação ao cidadão, Ana
Viseu, António Carvalho (Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia),
Lorenzo Pastrana & Lorena Diéguez (investigadores do INL)

*Secção temática Conhecimento, Ciência, Tecnologia e Sociedade,
Associação Portuguesa de Sociologia & Centro de Estudos de
Comunicação e Sociedade*

Organização: Secção temática *Conhecimento, Ciência e Tecnologia*-
Associação Portuguesa de Sociologia, em colaboração com o Centro
de Estudos de Comunicação e Sociedade (UM).

Apoios: Associação Portuguesa de Sociologia, Laboratório Ibérico
Internacional de Nanotecnologia, Centro de Estudos de Comunicação
e Sociedade, Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Alice Balbé e Anabela Carvalho

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

Facebook e mudanças climáticas: uma análise de grupos de discussão

As redes sociais digitais têm sido apontadas como espaço de participação, envolvimento e mobilização, principalmente a partir de 2010, quando eclodiram as referências à chamada “primavera árabe”. De facto, as redes sociais permitiram uma nova visibilidade a estes movimentos (que envolveram questões socioeconômicas maiores). Desenvolveu-se também um novo debate sobre o uso e funcionamento das redes sociais. No contexto das mudanças climáticas, as redes sociais podem fornecer importantes informações sobre o envolvimento público na questão (Williams *et al.*, 2015). Esta comunicação propõe uma análise de conteúdo dentro de grupos de discussão de interesses relacionados com as mudanças climáticas no Facebook, uma vez que estes grupos estão mais propensos a dialogar e este espaço ainda é pouco investigado. Busca-se identificar os temas que suscitam maior interesse, caracterizados através do volume de comentários, bem como os usos da plataforma, se é utilizada para promover conversações sobre as mudanças climáticas. O *corpus* de análise é formado por uma amostra temporal de três meses, o qual inclui os dias de realização da 21^a Conferência das Partes pois, durante os eventos de agenda internacional, há maior abordagem midiática e conseqüentemente maior volume de referências dentro das redes sociais (Kirilenko & Stepchenkova, 2014). Os resultados dos dados observados no período indicam a prevalência de temas relacionados com a ciência, a tecnologia, e a promoção de ações coletivas da sociedade civil. O volume de comentários caracteriza também o interesse por grupos assumidamente céticos. As análises são um recorte de uma investigação mais alargada sobre as representações das mudanças climáticas nas redes sociais.

Ana Delicado

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Riscos, catástrofes e crianças: o ponto de vista dos cientistas

Os riscos naturais e tecnológicos são objecto de avaliação, monitorização e mitigação por parte dos peritos. Mas o papel dos cientistas nestas matérias também inclui dialogar com o público. A gestão do risco de catástrofes depende crescentemente do envolvimento das comunidades, de formar e identificar capacidades e construir resiliência. Crianças e jovens são uma parte relevante da comunidade, mas são sobretudo vistos como públicos-alvo da comunicação e educação para o risco e não como participantes ativos em caso de emergência. No entanto, há vários casos documentados como as crianças e jovens podem fazer a diferença na prevenção, preparação e resposta a catástrofes.

Esta comunicação tem por objetivo debater como os cientistas que trabalham na área do risco de catástrofe se envolvem em atividades de comunicação, educação ou participação pública dirigidas a jovens, como concebem o papel destes e como percebem as suas capacidades e interesses. Em suma, pretende analisar os encontros entre peritos e uma franja particular do público "leigo" na arena da redução do risco de catástrofe.

Esta apresentação baseia-se no projeto Cuidar Culturas de Resiliência à Catástrofe entre Crianças e Jovens, um projeto europeu financiado pelo programa Horizonte 2020 que tem por objetivos: (1) Compreender melhor a percepção de risco, as necessidades e as capacidades das crianças e dos jovens nas sociedades urbanas em relação às catástrofes; (2) Fortalecer a compreensão das crianças em relação às emergências e às ações que podem desenvolver; (3) Aumentar a sensibilização e o conhecimento sobre as necessidades das crianças e dos jovens em situações de catástrofe entre os profissionais de resposta a emergências e entre os decisores políticos. (4) Estimular uma comunicação mais eficaz entre os profissionais de resposta a emergências, as crianças e os jovens em contexto urbano; (5) Melhorar a estrutura de gestão de catástrofes, as políticas e as práticas.

Ana Ferreira & Ana Lúcia Teixeira

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Dinâmicas capitalistas na investigação em malária em Portugal

As actividades científicas têm vindo a ser crescentemente direccionadas a objectivos de produtividade, desenvolvimento de produtos ou serviços para os mercados e crescimento socio-económico. No entanto, permanece por estudar de que forma é que a investigação em malária, que centrando-se numa doença que afecta maioritariamente regiões pobres e populações carenciadas não é um alvo preferencial da indústria biotecnológica e/ou farmacêuticas, é conformada por estes processos. Neste sentido, caracterizar-se-á a investigação em malária realizada por organizações portuguesas que há longa data contribuem significativamente para um aprofundamento do conhecimento desta patologia. Acompanhar-se-ão as transformações das práticas científicas que se debruçam sobre esta temática entre 1900 e 2014 através de uma análise de todos os artigos indexados na *Web of science* (n = 467), um *locus* de legitimação internacional das práticas científicas em biomedicina. Num primeiro momento, procedeu-se à sistematização dos dados recolhidos combinando uma análise de conteúdo dos artigos com uma análise bibliométrica dos mesmos. De seguida, realizou-se uma análise de correspondências múltiplas e uma análise de *clusters*. Estes procedimentos analíticos revelaram um espaço bi-dimensional (“Quem publica” *versus* “O que é publicado”) e três perfis de investigação (“Os primeiros passos”; “Apropriações locais” e “Ciência global”). Este estudo ilustra claramente a construção do sistema científico e tecnológico nacional e revela o desenvolvimento de dinâmicas capitalistas centradas na *performance* científica e aplicação da ciência apesar do baixo potencial de lucro da investigação em malária. Esta abordagem poderá ser alargada a outros sectores de investigação biomédica por forma a caracterizar e compreender as dimensões subjacentes a (re)construção da ciência.

Anabela Carvalho

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

Transformações para a sustentabilidade: conhecimento, valores e governança

A enorme escala da actual crise ambiental tem-se tornado cada vez mais evidente. Em particular, os impactos das alterações climáticas sobre os sistemas sócio-ecológicos constituem uma ameaça sem precedentes na história humana. Tal como a ameaça, o nível do desafio para a acção no sentido de mitigação das alterações climáticas é, portanto, inédito. Nos últimos anos têm sido propostos vários conceitos para designar as mudanças que é necessário iniciar para construir sociedades sustentáveis, tais como a 'grande transição' (NEF, 2010), a 'grande transformação' (WBGU, 2013) e 'respostas transformativas' (Gillard et al., 2106). Estes conceitos procuram veicular a ideia de que será necessário levar a cabo mudanças estruturais a muitos níveis, incluindo o económico, o sócio-cultural e o político, ou seja que não há respostas fáceis ou simples que resultem de novas tecnologias ou de 'pequenas mudanças' de comportamento. A extensão das transformações necessárias levanta múltiplas questões: quem vai liderar esses processos? Como serão as decisões tomadas? Com base em que valores/critérios? Que tipos de conhecimento serão considerados? Estes processos de mudança apelam a debates verdadeiramente democráticos em que sejam consideradas diferentes necessidades, visões e propostas, bem como a um aumento da transparência nos processos de decisão. Porém, o que se vem verificando é que muitos dos processos em torno das alterações climáticas têm sido despolitizados (Maesele, 2015), no sentido em que são retirados da esfera do debate para a esfera da gestão técnica dominada por elites. O envolvimento dos cidadãos nestas questões, para além de um direito, será um requisito para aumentar o pluralismo. Esta comunicação analisará confrontará várias propostas de 'transformação para a sustentabilidade', avançadas por diferentes tipos de actores sociais, e procurando responder às

questões enunciadas acima e discutindo as implicações para a governança da mudança.

António Carvalho

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

As Ontologias do Antropoceno: alterações climáticas, política(s) e tecnologias emergentes

O Antropoceno é um conceito proposto para designar o atual período geológico, indicando uma indissociabilidade entre ações humanas e o ambiente, ilustrada pelas alterações climáticas. No âmbito dos estudos de ciência e tecnologia este conceito tem sido acompanhado pela emergência de propostas teóricas que primam por abordagens simétricas às associações entre humanos e não-humanos, com implicações significativas ao nível metodológico, ético e afetivo. Para além do manancial literário associado à conceptualização e controversa origem do Antropoceno em áreas como a sociologia, estudos de ciência e tecnologia, geografia humana e humanidades ambientais, do ponto de vista político e tecnológico as alterações climáticas têm dado origem a imaginários sociotécnicos (Jasanoff e Kim, 2009) caracterizados pela heterogeneidade ontológica. Nesta apresentação irei analisar como diversos coletivos – cientistas responsáveis pela conceptualização do Antropoceno; movimentos sociais e entidades políticas à escala europeia – fazem face aos desafios das alterações climáticas, comparando diversas ontologias, práticas e tecnologias recrutadas para lidar com a crise ambiental da contemporaneidade. Reconhecendo, na esteira de Langdon Winner (1980), que os artefactos e as tecnologias têm “políticas”, o objetivo desta apresentação é comparar os imaginários sociotécnicos associados a tecnologias emergentes para modificar o clima – a Geoengenharia -, movimentos sociais organizados para fazer face às alterações climáticas, como o Movimento Transição – e estratégias políticas de tipo top-down para fomentar aquilo que se designa como sociedades de baixo carbono (o Roadmap 2050). Esta análise irá permitir uma caracterização provisória das ontologias do Antropoceno,

explorando os papéis de dispositivos sociais, afetivos, tecnológicos e políticos na construção de futuros Antropocénicos.

Carla Nogueira

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Hugo Pinto

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra & Faculdade de Economia, Universidade do Algarve

Inovação social e especialização inteligente: desafios em regiões do Mediterrâneo

A turbulência económica recente evidenciou diversos desafios sociais, económicos e políticos que os territórios mediterrânicos têm de enfrentar. As estratégias de desenvolvimento regional enfatizaram, durante um longo período, por um lado, a replicação em territórios periféricos de modelos bem-sucedidos em regiões mais intensivas em tecnologia e, por outro lado, a necessidade de se reflectir sobre a inovação, de modo a activar o desenvolvimento regional. Esta comunicação sublinha a relevância da inovação social enquanto resposta a problemas específicos enfrentados nas regiões do Mediterrâneo. Não obstante a sua utilização recorrente, este conceito permanece confuso. A inovação social é aqui entendida como o desenvolvimento e a implementação de novas ideias, para satisfazer necessidades sociais, explícitas ou latentes, através da utilização de conhecimento partilhado e co-produzido. Este conceito permite abordar complementaridades entre tecnologia e domínios “tradicionais”, nos quais a dimensão tácita e a aprendizagem colectiva são fundamentais. A inovação social deve ser parte integrante da reflexão sobre “especialização inteligente”. A especialização inteligente emergiu no período 2014-2020 como referencial da política regional na União Europeia, sugerindo que as regiões devem compreender as suas capacidades e potencialidades e seleccionar prioridades, tecnológicas ou não, onde se possam destacar, ganhando vantagens competitivas, relativamente a outras regiões. O estudo exploratório a apresentar parte de estratégias de especialização

inteligente implementadas em regiões seleccionadas do Mediterrâneo e compara, através de análise de conteúdo, a dimensão da inovação social presente nas mesmas. A comunicação encerra com algumas implicações para políticas públicas na implementação da especialização inteligente em regiões necessitadas de inovação social.

Catarina Ferreira & Emília Araújo

Centro de Estudos Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

A colaboração em ciência: uma visão a partir dos investigadores

Esta proposta de comunicação analisa o estado de arte das produções científicas relativas aos processos de colaboração em ciência, suportando a problematização em entrevistas realizadas a investigadores com projetos de investigação desenvolvidos em contexto nacional e internacional. A internacionalização do conhecimento levou ao fortalecimento das redes no meio académico, incorporando recursos humanos estrangeiros qualificados no campo científico nacional. A forma como as universidades, juntamente com os governos, respondem ao desafio da internacionalização do ensino é muito importante: são criadas parcerias e lançam-se estratégias de atuação de forma a corresponder ao desafio. Os autores têm-se debruçado sobre várias temáticas relacionadas com os motivos e mecanismos que conduzem os investigadores e as instituições à colaboração e com o tipo de relações que se constituem nessa base (Bozeman, 2001). Também se tem analisado as configurações dessas colaborações e os seus efeitos nas dinâmicas dos centros e dos sistemas nacionais de ciência e tecnologia e o papel da mobilidade (Ackers, 2005, Jons, 2007; Fontes et. al, 2013). No conjunto dos estudos realizados acerca das dinâmicas das colaborações em ciência, foram analisadas variáveis, tais como o papel da confiança e a própria especificidade das culturas particulares de cada área científica, suscetíveis de práticas diferenciadas de colaboração em algumas dimensões centrais, tais como a co-autoria em publicações, coordenações conjuntas de projetos de investigação e desenvolvimento de projetos em parceria e com potencial

comparativo (Musselin, 2004; Heitor e Horta, 2011; Pfothenauer, 2013). Nesta comunicação, pretendemos apresentar os pontos de vista dos próprios investigadores sobre a colaboração e as estratégias que desenvolvem nesse âmbito, tendo ainda em conta as dificuldades e os desafios que identificam e enfrentam. A comunicação conta com entrevistas realizadas a investigadores de vários centros de investigação.

Chiara Carrozza

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Re-conceptualizing social research in the 'digital era'. Issues of scholarships, methods and epistemologies

The expression “digital sociology” has come to identify – and progressively to substitute other names used in the social sciences domain – an emerging area of sociology that examines many aspects of digital society (Lupton, 2014)¹. Noortje Marres has argued that what defines digital sociology is not primarily its methods and techniques and the opportunities for researching society opened up by digital data, but the changing relations between social life – as an object of research – and social analysis. She defines digital sociology as “a digitally aware form of social inquiry, one which does not seek to bracket the influence of digital technology in the doing of social life and social research” (Carrigan, 2014)². This communication discusses the reconceptualization of social research in the digital era building on the experience of the research project “The importance of being digital: exploring digital academic practices and methods”, funded by the Portuguese Foundation for Science and Technology (FCT), which ran between spring 2014 and summer 2015. The project provided a

¹ Lupton, D. (2014), *Digital Sociology*, London and New York, Routledge.

² Carrigan, M. (2014a), “Noortje Marres: Technology and culture are becoming more and more entangled”, blogpost on “The Impact Blog”, December 3, 2014. Accessed January 23, 2017. Available at: <http://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2014/12/03/philosophy-of-data-science-noortje-marres/>

group of social scientists with the opportunity to experiment a wide range of digital technologies, devices and platforms for academic work: a set of training activities organized during the project had the twofold aims of enhancing participant's skills and knowledge in the area and of creating the practical conditions to engage them in the research, through focus groups and interviews. The communication put into dialogue a review of recent scientific contributions with the analysis of the empirical materials collected during the project, resulting from in 5 focus group involving about 30 researchers, 10 in-depth interviews and participant observation's activities realized during the training sessions. The communication aims at presenting a tentative research agenda to contribute to the development of this emerging field, building on both theoretical and empirical analysis.

Cristina Palma Conceição, Patrícia Ávila, Ana Rita Coelho & António Firmino da Costa

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa

Que tipo de relação entre ciência e sociedade se pretende estimular na Europa? Uma análise documental dos planos de ação ciência-sociedade nos programas-quadro europeus

As mudanças nas designações dos planos de ação da Comissão Europeia orientados para a promoção da relação entre ciência e sociedade constituíram o ponto de partida desta pesquisa. Que tipo de relação ciência-sociedade se pretende afinal estimular na Europa? Serão aquelas alterações terminológicas operações superficiais ou mudanças mais profundas nas conceções, valores e objetivos que orientam estes planos? Que áreas de intervenção se privilegiam e quais os atores convocados nestes esforços? Na tentativa de dar uma resposta mais informada a estas questões, sujeitámos a análise categorial temática os principais documentos oficiais deste domínio de ação dos últimos quatro programas-quadro europeus de política de ciência: FP5, FP6, FP7 e H2020. Enquadrando este estudo encontra-se o reconhecimento de que, não obstante algumas recomendações

fortes apontadas na bibliografia de referência (designadamente a crítica ao modelo do défice e o apelo a formas mais dialógicas/participativas de comunicação), mantem-se evidente a diversidade de abordagens (tanto no plano académico como político), apontando ainda muitos analistas encruzilhadas e contradições latentes em muitas das modalidades tidas como mais promissoras. Pese embora o carácter vago de muitas passagens dos textos oficiais, este estudo confirmou mudanças interessantes neste setor da política europeia, entre elas: a crescente valorização das questões da governança e transformação das instituições científicas, em desprimo da educação e comunicação pública da ciência; a gradual predominância de uma conceção de ciência-sociedade centrada na instrumentalidade empresarial da ciência e não tanto na ideia de ciência como cultura; alterações relevantes quanto aos atores sociais interpelados nestas ações, num processo que parece culminar numa certa des-diferenciação (ou, por vezes, omissão) dos papéis tradicionalmente atribuídos às várias instituições sociais (ciência, política, empresas, consumidores, media, etc.). As tendências demonstradas neste estudo configuram novos e importantes desafios à ciência, que por certo merecem reflexão atenta e continuada (designadamente por parte de cientistas sociais).

Daniel Neves Costa

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Gaguez, ciência e comunidades de responsabilidades: ciência e sociedade nas fronteiras

As interações entre ciência e sociedade ocorrem numa diversidade de espaços, articulando diferentes atores e práticas de envolvimento. Esses espaços definem a fronteira entre ciência e sociedade co-constituídas na produção dos fenómenos que compõem o mundo, e dos públicos associados. Nesta apresentação, mobilizando trabalho desenvolvido sobre Gaguez em parceria com a Associação Portuguesa de Gagos, proponho analisar a implementação de indagações

colaborativas, articulando atores sociais e dos Mundos da Ciência, em torno de “objetos de fronteira” (Star e Griesemer, 1999). Estas indagações mobilizam dispositivos que se constituem enquanto espaços de fronteira onde ciência e sociedade se interpenetram e se co-constituem. A metáfora da fronteira procura dar conta dos espaços e objetos de intersecção entre conhecimentos, indivíduos, coletivos e instituições em dinâmicas coletivas de indagação que constituem os fenómenos que compõem o mundo comum. Esta fronteira entre ciência e sociedade emerge como lugar do político, de experimentação, interpelação e transformação das relações de poder entre distintas redes e traduções dos fenómenos, indagando outras possibilidades de tradução através da análise dos seus efeitos no mundo, e como lugar de “política ontológica” (Mol, 2008), de exploração da multiplicidade e das escolhas que emergem nas dinâmicas de recomposição do mundo. Através desta análise o objetivo desta apresentação é problematizar a constituição de “Comunidades de Responsabilidades” como resultado destes processos indagativos de co-produção de conhecimento. Esta proposta, enquadrada no âmbito do debate da “Investigação e Inovação Responsáveis” (von Schomberg, 2011), visa dar expressão à constituição de comunidades fundadas em compromissos éticos e morais emergentes na indagação e intrinsecamente vinculados à produção destes fenómenos múltiplos e heterogéneos.

Emília Rodrigues Araújo

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

Representações do futuro e a importância da ciência

O tempo-horizonte, principalmente o futuro, adquire bastante centralidade hoje em dia, sobretudo em articulação com a ciência e a tecnologia entendidas enquanto principais vetores de transformação social e política. Sob este alinhamento, vários autores trabalharam sobre as imagens e as representações do futuro e a sua relação com

circunstâncias políticas e ideológicas. O papel da ciência tem sido invariavelmente assinalado. Todavia, em contextos marcados pela sofisticação de meios de controlo da velocidade e da aceleração, torna-se importante questionar e refletir, ainda mais profundamente sobre aquela relação e os seus significados nas sociedades atuais marcadas por uma intensa valorização desse horizonte temporal como objeto de transação económica e elemento que adiciona valor aos serviços, produtos e/ou ideias. Além da pesquisa documental, a apresentação usa informação proveniente de entrevistas conduzidas junto de atores sociais, com diversos perfis sociodemográficos.

Eunice Castro Seixas

SOCIUS/CSG, ISEG

A construção social da transparência e da responsabilização corporativa através da tecnologia

Apesar dos laboratórios e das instituições académicas terem perdido grande parte da sua posição hegemónica na produção de conhecimento, que passa agora também a ser feito nas grandes corporações e com a participação de múltiplas partes interessadas, o ator corporativo tem sido negligenciado pelos estudos da ciência e da tecnologia (Penders, Verbakel, & Nelis, 2009). Esta comunicação centra-se nas organizações enquanto produtoras e reguladoras de conhecimento e no modo como estas utilizam a tecnologia para construir e legitimarem determinadas conceções de transparência corporativa digital, de diálogo multipartes e de responsabilização. Efetivamente, as plataformas digitais, os relatórios digitais, os inquéritos e os simuladores online adquirem uma importância cada vez maior, não apenas enquanto ferramentas reais de comunicação com as partes interessadas, mas principalmente como ferramentas estratégicas mobilizadas pelas organizações na comunicação corporativa. É crucial portanto, explicitar os aspetos normativos e de poder que se “escondem” nestas tecnologias. Nesta apresentação exploramos esta questão de um ponto de vista teórico, a partir de um cruzamento de proposta de Sheila Jasanoff (2003) das ‘tecnologias da

humildade', com contributos dos estudos críticos da transparência e da governação ambiental, que questionam as ortodoxias dominantes sobre a transparência e salientam os aspetos políticos da mesma. Com base nesta análise pretendemos: 1) Pensar criticamente as iniciativas de transparência digital por parte das empresas a partir das questões sugeridas por Jasanoff (2003), nomeadamente: "qual o propósito das mesmas"; "quem sai prejudicado"; "quem beneficia" e "como podemos saber"; 2) Refletir sobre o impacto destas iniciativas de transparência digital para a responsabilização e prestação de contas das organizações e para a participação informada dos cidadãos/partes interessadas - o que Gupta e Mason (2015) chamam de um 'imperativo de democratização' da transparência - e finalmente: 3) Interrogar o papel do cientista social e potencial contributo para estas questões.

Fernando Ampudia de Haro

Universidade Europeia / CIES – Instituto Universitário de Lisboa

Gerencialismo e publicação científica

O objetivo da comunicação é realizar uma aproximação ao fenómeno do gerencialismo (*managerialism*) universitário e das suas relações com o sistema de publicação científica. Na Academia, a utilização de técnicas, procedimentos e discursos procedentes do mundo da gestão incluem uma visão específica sobre o porquê e o como publicar, para além do método de divulgação da própria publicação. Como tal, estuda-se o discurso que legitima essa visão e é reconstruído o arquétipo de investigador que prescreve, quer em termos comportamentais, quer em termos emocionais. Esta reconstrução é efetuada a partir do material empírico que fornecem os manuais, apresentações, *workshops* e, em geral, a formação dirigida aos docentes com o propósito de melhorar e aumentar a sua produtividade científica. Finalmente, é desenvolvida uma reflexão crítica acerca das implicações que, em termos de produção de conhecimento científico, possuem esse discurso e arquétipo num contexto académico semiperiférico como é o caso do português.

Filipa Queirós

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Helena Machado

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Suspeição biogenética: controvérsias, discriminação e estigmatização

Nas últimas décadas, a genética forense tem desenvolvido várias tecnologias para uso em inteligência criminal. A inferência fenotípica (FDP) constitui uma das mais recentes inovações tecnológica ambicionando, a partir de materiais biológicos recolhidos em cenas de crime, prever a aparência e características físicas de suspeitos criminais. O desenvolvimento desta tecnologia tem-se feito acompanhar de controvérsias científicas, técnicas, éticas e de natureza legal. A presente comunicação aborda a FDP enquanto objeto de fronteira procurando compreender de que forma estas controvérsias se relacionam com os processos de (re)construção de fronteiras e traduções. Em particular, procuramos compreender como é que as controvérsias em torno da inferência fenotípica incorporam a construção de identidades, práticas e conhecimento em três locais 2 diferentes: a disciplina científica da genética forense, as ciências sociais e as empresas privadas que realizam a análise de FDP. Os materiais empíricos utilizados incluem a análise de documentação produzida por empresas privadas e artigos científicos sobre FDP nas áreas de genética forense e nas ciências sociais. Que significados é que diferentes disciplinas académicas atribuem e partilham sobre a FDP? De que forma é a FDP pode ser plástica e robusta o suficiente para se adaptar às práticas locais e, ao mesmo tempo, manter uma identidade comum enquanto circula por diferentes contextos? Por último, a maior controvérsia da FDP diz respeito ao seu potencial de estigmatização e criminalização de minorias étnicas. De que forma é que este desafio ético e social é abordado em diferentes mundos sociais? Por outras palavras: Como é que se gerem as controvérsias para que seja possível ampliar tanto a perícia da genética forense como a das ciências sociais? De que forma é que as controvérsias em

torno da FDP servem para proteger a demarcação da ciência das empresas privadas?

Filipe Santos

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Ciência, tecnologia e cooperação transfronteiriça. O “retorno à Europa” e a segurança comum

A crescente preocupação com a mobilidade e caráter transnacional das ameaças terroristas e do crime transfronteiriço tem suscitado respostas políticas no âmbito da União Europeia (UE) no sentido da agilização dos mecanismos e estruturas de cooperação e troca de informação no contexto da área de liberdade, segurança e justiça. O sistema Prüm para a troca de dados de ADN entre os Estados Membro para o combate ao crime é um exemplo de um aparato tecnológico que articula a abolição de fronteiras nacionais com a virtualização e (re)construção dessas fronteiras. No entanto, o processo de implementação é marcado por assimetrias nacionais paralelas às necessárias características de harmonização e standardização de Prüm. Neste cenário, a adesão à UE dos países da Europa Central e de Leste em 2004 e 2007, e a subsequente implementação do sistema Prüm, é marcada pelas trajetórias específicas destes países no seu “retorno à Europa”.

Através de entrevistas com Pontos de Contacto Nacionais para a troca de dados de ADN em Prüm, esta comunicação irá explorar como estes atores atribuem sentidos e interpretam o papel dos seus países na troca transnacional de dados em Prüm. A sua envolvência neste projeto tecnocientífico à escala europeia proporciona uma oportunidade para mobilizar e (re)definir noções de pertença na Europa. Assim, ao mesmo tempo que a cooperação no sistema Prüm é enquadrada num movimento de modernização e de integração numa comunidade de práticas “Ocidental”, é também construída enquanto distanciamento simbólico do passado e das fronteiras geopolíticas atrás da “Cortina de Ferro”.

Helena Mateus Jerónimo

ISEG, Universidade de Lisboa

José Luís Garcia

ICS, Universidade de Lisboa

Tiago Mesquita Carvalho

Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa

Ludismo metodológico: uma proposta radical para a regulação e reforma das tecnologias

Esta comunicação visa propor uma alternativa de avaliação e de inovação tecnológicas orientada por e para uma ética da responsabilidade e valores ambientais, que tenha capacidade de se afirmar na vida quotidiana dos indivíduos e das comunidades. Esta alternativa retoma a noção de "ludismo metodológico", formulada pela primeira vez por Langdon Winner, em finais da década de 1970. O ludismo metodológico não é entendido aqui no seu sentido original de destruição das máquinas, nem confundido com uma atitude preconceituosa ou uma crença eminentemente negativa da tecnologia. As instituições actuais onde se desenrola a investigação científica e tecnológica têm vindo a apostar e a sustentar um estilo de opções e desenhos tecnológicos, largamente orientados por critérios financeiros e de produção, que têm provocado consequências, danos, riscos, desigualdades e incertezas humanas e ambientais cada vez mais graves e patentes. Argumenta-se que a tecnologia e as formas de vida são mutuamente interdependentes, o que implica examinar as possibilidades de desmantelar algumas tecnologias e adoptar outras, assegurando ao mesmo tempo que o seu papel se limita a ser um meio para atingir determinados fins predefinidos. A proposta de ludismo metodológico incorpora o "princípio de responsabilidade" de Hans Jonas, como resposta ao tremendo poder das tecnologias modernas, e a reforma da tecnologia de através das "coisas e práticas focais" de Albert Borgmann.

Helena Mendonça

CPES/ULHT

Jornalistas e cientistas – (novas) trajectórias até à notícia

As relações media-ciência têm sido caracterizadas como estando marcadas pela tensão, desconfiança e mesmo conflitualidade. Numerosos estudos apontam, nomeadamente, dificuldades nas relações entre jornalistas e cientistas, representantes de dois tipos distintos de racionalidades e lógicas de acção. Recentemente, porém, algumas pesquisas verificaram movimentos de proximidade e de cooperação entre os dois protagonistas. Esta comunicação pretende apresentar parte dos resultados de uma pesquisa empírica, que observou os modos de articulação entre as duas culturas, bem como os sentidos sociais accionados pelos actores no desencadear de regras informais unificadoras durante as entrevistas jornalísticas. Desenvolvida no âmbito do doutoramento (ISCTE-IUL/CIES-IUL) a investigação analisou um conjunto de peças jornalísticas e entrevistou os jornalistas e cientistas envolvidos na construção dos textos. Concluiu, designadamente, que quando cientistas e jornalistas se encontram para uma entrevista, desenvolvem estratégias de articulação de regras dos seus campos e de disposições adquiridas em relações sociais mais vastas, que possibilitam a emergência de formas culturais específicas. Estas culturas da interacção traduzem-se num conjunto de informações científicas de compromisso, com o objectivo de integrar um texto jornalístico.

A análise qualitativa teve como referencial teórico conceitos como ordem da interacção, sistemas de regras sociais, quadro e cultura de interacção, fundamentais para o esclarecimento das acções e intencionalidades dos agentes em co-presença.

José Luís Garcia

ICS, Universidade de Lisboa

Questionando a naturalização das tecnologias digitais

Usando uma perspectiva há muito estabelecida nas ciências sociais, as novas tecnologias digitais encontram-se “naturalizadas” nos saberes comuns. Ora, para compreender de forma reflexiva as tecnologias digitais e as suas implicações sociais é necessário desmontar a sua “naturalização” nesses saberes correntes da sociedade. Os processos de naturalização surgem da experiência que os indivíduos e grupos têm com os objetos e realidades, gerando construções culturais, muitas vezes valiosas, mas também não problematizadas, equivocadas, enganosas ou preconceituosas desses objetos e realidades. A comunicação que se pretende apresentar assenta na ideia de que naturalização propende para incluir dois tipos de raciocínio: diz-se que as tecnologias da informação são produto da regularidade natural da evolução tecnológica; ou que não são boas nem más, são neutras, tudo dependendo do uso por parte de cada indivíduo segundo os seus propósitos e procura de satisfação. O questionamento da naturalização das tecnologias digitais realiza-se a partir de dois pressupostos: as ciências sociais não se podem restringir a descrever como os sujeitos sentem, raciocinam e agem; é, por conseguinte, necessário que as ciências sociais reconduzam aos processos sociais o que se tornou natural, que desnaturalizem o que foi naturalizado.

Luís Pinto

A comunicação científica na encruzada entre a tradição académica e a Modernidade mediática

A comunicação científica – nas suas vertentes de comunicação académica e disseminação e divulgação científica - encontra-se num local bastante distante das conceções e objetivos originais. A transposição da informação, sendo uma das etapas do processo

científico, tem também sido trabalhada de forma a atrair públicos cada vez mais diversificados para as questões da ciência. Os novos média oferecem aos seus públicos produtos que, independentemente do seu conteúdo, podem manter os indivíduos ambivalentes - se por um lado temos produtos culturais de entretenimento e uma indústria que vive desse género, existe uma oferta em termos de produtos úteis, ou seja, informativos e emancipadores. A capacidade de descodificação e compreensão dos artefactos é cada vez menos linear ou exclusiva dos suportes mediáticos tradicionais e é evidente a existência de várias literacias na nossa cultura e na nossa vida quotidiana.

Este artigo vem tratar a questão da comunicação de ciência escrita e audiovisual. Pretendemos caracterizar este momento em que se encontra a narrativa científica: entre a tradição académica que elege o texto como veículo principal e a modernidade mediática que nos oferece ferramentas de compreensão e disseminação da informação, cujas potencialidades não foram ainda totalmente desvendadas. Esta modernidade mediática apoia-se sobretudo nos média audiovisuais. Tomamos para isso o exemplo do projeto *Audiovisual Thinking*, a primeira publicação académica inteiramente audiovisual. Num mundo dominado por uma convergência digital, o ensino e a comunicação através de imagens em movimento é cada vez mais importante para educadores e académicos de todas as áreas. As narrativas audiovisuais representam recursos válidos para a disseminação de investigação e é aceite que o discurso audiovisual pode servir diversas áreas de estudo juntamente com o texto escrito.

Maria Strecht Almeida

Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto

Redes de colaboração e a consolidação de um campo de pesquisa: apontamentos a partir do caso da imunologia em Portugal

Reporta-se um estudo de base bibliométrica/cientométrica centrado no papel de redes de colaboração na dinâmica de produção de

conhecimento científico, explorando o caso da investigação em imunologia incluindo autores a trabalhar em Portugal. A presente comunicação continua um estudo anterior de mapeamento de colaborações (entre investigadores e entre instituições) nas comunicações apresentadas nas conferências anuais de sociedade científica central para a área no contexto português, alargando-o às publicações indexadas na Web of Science e referentes às três últimas décadas do século XX. Apresentam-se resultados desta análise no que se refere-se à consolidação e internacionalização da área de investigação, discutindo-se o papel nesse processo das redes de colaboração observadas.

Marta Martins

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

A gestão de fronteiras e de populações de risco na União Europeia: o “suspeito transnacional”

As fronteiras territoriais estão envolvidas cada vez mais numa política de pertença, de “nós” e “outros”. Os regimes de gestão das fronteiras são, assim, parte dos processos de subordinação. Nesta comunicação, utilizo entrevistas conduzidas a geneticistas forenses de diferentes países da União Europeia (UE) sobre a necessidade de gestão de fronteiras e de populações de risco na UE como exemplo empírico para a construção do conceito de “suspeitos transnacionais”.

De modo a aprofundar estas noções analiso, em primeiro lugar, as tecnologias de gestão das fronteiras associadas a Prüm, através das quais se cria o imaginário de suspeito transnacional e da UE. Mais especificamente, centrar-me-ei na forma como várias dessas tecnologias destinadas a monitorizar o movimento dos indivíduos em conjunto com a gestão de populações de risco passaram a desempenhar papéis cruciais na UE. Argumento que diferentes regimes de gestão de fronteiras em Prüm não só promulgam versões diferentes da UE, mas também mantêm distâncias geográficas, políticas e sociais entre o “nós” e os “outros”. Por fim, o foco retransirá dos regimes fronteiriços para as perspetivas dos

geneticistas forenses sobre suspeitos transnacionais de modo a desvendar articulações de criminalização na utilização de base de dados de DNA com propósitos forenses.

Mónica Carvalho

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

Lei e ordem tecnocrática: intertextualidade na lei que previne acidentes graves envolvendo substâncias perigosas

Esta proposta faz parte de uma investigação que visa analisar a comunicação do risco industrial em Portugal, tendo como referência as indústrias atualmente reguladas pela Diretiva Seveso da UE, a qual propõe controlar o risco de acidentes industriais graves. No estudo, além das indústrias, consideram-se as autoridades, os média, o público, assim como a própria lei, no caso, o Decreto-Lei n.º 150/2015 de 5 de agosto, que transpôs a Diretiva Seveso III para a legislação portuguesa. Para esta conferência, pretende-se apresentar um dos aspetos da análise textual feita ao Decreto-lei, particularmente aquele que diz respeito à *intertextualidade*, ou seja, ao modo como um texto individual recorre a elementos e discursos de outros textos. As relações intertextuais foram observadas no âmbito de uma análise do discurso, cujo principal referencial metodológico é a abordagem de Fairclough da Análise crítica do discurso. Segundo este autor, a análise da intertextualidade possibilita examinar tanto a reprodução de discursos, através dos quais nenhum elemento novo é introduzido, como as mudanças discursivas por meio de novas combinações de discursos. Assim, entre os textos presentes e identificados, há os que foram explicitamente referidos e os que não o foram. Destes destacam-se certos textos do universo tecnocrático, que estão numa espécie de cruzamento entre os discursos económico e técnico, e que, embora não tenham sido explicitamente referidos ou citados, são, no entanto, o seu principal referencial normativo.

Nuno Bento

DINÂMIA'GET, ISCTE-IUL

Margarida Fontes

LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia

Direction and legitimation in system upscaling – planification of floating offshore wind

This research investigates the process of construction of visions and plans to accelerate emerging low-carbon innovations. We adopt the technological innovation systems perspective to focus on system building processes, including the establishment of constituent elements and performance of key innovative activities. We analyze national roadmaps that have been developed for a technology that approaches upscaling and market take-off: offshore wind energy in deepwaters, i.e., more than 50 meters deep where there is high potential of resources but whose technology is still immature. The roadmaps analysis informs on how actors prepare the growth of the system and perform critical innovation activities. The analysis shows the importance of influence in the direction of search (guidance) and legitimation in the transition to growth. It points to different types of guidance depending on the technological and institutional context, in particular the tendency for a higher external openness with the approximation of technology deployment and government involvement. A survey of actors' opinion reveals that roadmaps tend to overinflate expectations and have a positive but limited impact on the technology development. Policy implications include recommendations for managing the process of formation of visions and legitimacy of emerging innovations. The analysis has implications for the operationalization of the functions guidance and legitimacy, as well as indicates limits to the current functional analysis and discusses future research directions.

Nuno Boavida

CICS.NOVA, Universidade Nova de Lisboa / Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

The flow and use of knowledge in networks of electric mobility: A theoretical development

The paper discusses the main drivers of the flow and use of knowledge in decision networks of sustainable electric mobility. Electric mobility can have a significant impact in a transition to a more sustainable mobility system. There are reasons to believe that this transition can be knowledge-dependent. Examples suggest that the use of bits and concealed tacit knowledge in decision networks are significantly relevant to this transition. Literature shows that transfers of tacit knowledge occur in networks with developed individual social capital and are conditioned by earlier personal interactions. Social capital can provide centrality and power to actors in networks. It can be enhanced by developing trust and displaying and/or implying possession of knowledge relevant for present or future action. Tacit knowledge in technology innovation decisions, in particular, is thought to be significantly valued, because innovation is permeated by strong elements of uncertainty and complexity that drive actors to seek for non-explicit forms of knowledge in networks of near-peers. The paper concludes that the urge for knowledge in situations where not much can be found may drive decision-makers to over rely on partial and partisan knowledge during decision-making. The paper ends with a discussion about the need for more research concerning knowledge in emergent decision networks of electric mobility.

Olga Estrela Magalhães

Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde – CINTESIS, Universidade do Porto

Felisbela Lopes

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

Altamiro Costa-Pereira

Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde – CINTESIS e Departamento de Medicina da Comunidade, Informação e Decisão em Saúde – MEDCIDS, Faculdade de Medicina, Universidade do Porto

Investigação médica em notícia – um ano sob observação

A Saúde é um dos mais relevantes temas da sociedade pós-moderna. A Medicina, atualmente entendida como prática clínica, mas também como investigação científica, nunca foi tão competente na resolução dos problemas de saúde das populações. Contudo, a expectativa da sociedade relativa à capacidade das Ciências Médicas prolongarem a vida e o bem-estar dos cidadãos também nunca foi tão elevada, razão pela qual a Investigação em Medicina se tornou num tópico de elevado interesse social e mediático. Desde os anos 80 do século passado que os media são apontados como sendo o principal veículo de informação sobre investigação médica para o público e para os próprios profissionais de Saúde. No entanto, são vários os autores que apontam críticas à cobertura existente. Por exemplo: os media anglo-saxónicos recorrem frequentemente aos congressos científicos para obterem informações em primeira mão, embora muitos dos estudos apresentados nesses fóruns venham a sofrer alterações importantes à medida que amadurecem e são finalmente publicados. Além disso, parecem promover um grande desequilíbrio entre os temas de saúde mais valorizados pelos media e aqueles que mais se associam a taxas elevadas de morbilidade e mortalidade. Na Europa continental, apesar do comprovado interesse da população pela Ciência em geral e pela Investigação Médica em particular, há autores que defendem que estes tópicos ainda têm peso relativo abaixo do

esperado e precisam de ver a sua qualidade melhorada, nomeadamente em termos de credibilidade, precisão, falta de equilíbrio entre os benefícios e os riscos envolvidos nas novidades médico-científicas e omissão dos possíveis interesses por detrás de determinados estudos. Um estudo recente de Gonzalo Casino Rubio corrobora que notícias sobre Medicina constituem um segmento noticioso importante, representando 11% de toda a informação veiculada pela imprensa generalista espanhola. Uma investigação conduzida por Felisbela Lopes, revelou que dentro da Saúde, a Investigação Médica ocupa um peso relativo de cerca de 13% da mancha noticiosa sobre Saúde, em vários jornais nacionais. Em Portugal, após se ter registado um importante esforço no sentido de estudar a cobertura noticiosa da Saúde, falta agora fechar o plano sobre as notícias referentes a Investigação Médica, para sermos capazes de avaliar com propriedade e (compararmos com legitimidade) que representação os media fazem deste segmento noticioso. Com este objetivo em vista, propomos avaliar durante um ano (2016) a representação da Investigação Médica nos quatro diários portugueses – *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *Público*, através do desenvolvimento de uma análise de conteúdo.

Olga Glumac

PhDDesign, Faculty of Fine Arts, University of Porto
Research Institute for Design, Media and Culture ID+

Codesign in Youth Citizenship. The cases of participatory practice

Primary schools are the first window to a wider society. Learning through and for citizenship practice informal education may be about strategic preparation of each youngster/student for one's lifelong learning and the process of selfempowerment which will enable and encourage individual "learning to be, learning to act and learning to learn on its own and in collaboration with others" (Delors, 1998). Active learning is interdependent with active citizenship,

encouraged by active participation, selfempowermentprocess and practice of power of each youngster that is engaged in primaryeducation. Thus,as citizenship, learning can also be perceived as a desired learning outcome (a product) and as a conductedpractice (a process).This paper aims to answer how can citizenship in the school context be stimulated by increasing youngsters'ability to cocreatelearning.Codesign in citizenship is a term formed torecognise and encourage the expansion of civic participation through cocreation processes that create conditions for collaboration and learningenvironments to occur,not neglecting the responsibility of aodesigner as the facilitator. It reinforces the idea that (co)design is apolitical practice andof interest for every citizen that is eager to use it as a democratictool.To understand how the learning processes can be organised by application of the cocreation process, it wasmore than relevant to understand not only the nature of learning but also an individual's conditions to construct a mindset in which one could observe oneself as the active learner.The outcomes arrived from research through codesign have contributed toshaping the framework "Learningframework in active citizenship: active learner as an active citizen" (Glumac, 2017) which can be appliedwhen cocreatingeducational activities with, for and by youth — recognised in their role as experts of their own experiences.

Patrícia Ferreira, Chiara Carrozza, João Paulo Dias & João Arriscado Nunes

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Alzheimer, arts and social sciences entangled: (re)configuring collaboration between Science and Society

The ongoing debates on how science, technology, innovation and society are intertwined and governed discuss how collaborations "across scientific borders should take place with local actors to find adequate solutions" to societal challenges (Felt et al., 2013; Nunes et al, 2014). Following previous Science and Society research action research projects, we are promoting a reflexive and critical debate

about the meanings and tensions of collaboration and its challenges for Social Sciences researchers and institutions within our present work in the European project "AccompliSSH – Accelerate co-creation by setting up a multi-actor platform for impact from Social Sciences and Humanities". In this paper, we present some of the conclusions of the collective discussion on collaboration between life sciences, social sciences, art and society actors regarding collaboration in Alzheimer research, healthcare and patients and care givers' well being. Both academic and non-academic partners within AccompliSSH were involved in this discussion (Centre for Social Studies of the University of Coimbra, Centre for Neuroscience and cell Biology of the University of Coimbra, the Portuguese Association of Family and Friends of Alzheimer Patients and the National Museum Machado de Castro). From our preliminary results, collaboration is understood as the result of creating spaces for mutual recognition, in which diverse knowledges, experiences, expectations and values are shared by groups with common problems. Social sciences were, in this context, challenged to create "cartographies of collaborations" by looking at discourses, power relations, starting points and local dynamics that may contribute to create platforms for collective work and problem solving.

These contributions also reflect some of the present challenges of Social Sciences institutions within the current academic knowledge regimes (Felt, 2013), but also in what concerns the political, economic and political challenges associated with doing public and citizen science (Dias, 2015).

Paula Campos Ribeiro

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

Evolução da rede de valorização do conhecimento: dinâmicas organizacionais de participação das universidades públicas

Neste artigo visamos compreender melhor a evolução das dinâmicas organizacionais de participação das universidades públicas nas redes

de valorização do conhecimento e, por conseguinte, em comunidades de inovação. Esta apresentação surge de alguma investigação produzida no âmbito da tese de doutoramento acerca dos fenómenos interorganizacionais de comunicação na transferência do conhecimento entre universidades e empresas (Ribeiro, 2016), e aborda a evolução das dinâmicas organizacionais de participação na perspetiva da teoria organizacional. Neste contexto, as comunidades organizacionais e as populações organizacionais são consideradas formatos organizacionais (Hannan & Freeman, 1977; Carroll & Hannan, 2000; Monge, Heiss, & Margolin, 2008; Monge et al., 2011; Monge, 2012) e as comunidades organizacionais de inovação são uma variante específica, constituída por grupos de organizações ou populações organizacionais que cooperam e colaboram entre si através de vínculos de comunicação (Monge, et al., 2008), gerando redes evolutivas de valorização de conhecimento. Este estudo segue a metodologia qualitativa de estudo de caso organizacional de uma universidade pública portuguesa - a Universidade do Minho. A análise histórica, enquanto técnica de recolha de dados para estudos evolucionários, foi realizada mediante a pesquisa documental dos relatórios anuais de atividade da Universidade do Minho entre 1974-2014. A teoria evolucionária revelou-se, portanto, adequada para compreensão das mudanças das dinâmicas de participação da universidade.

Os resultados apontam para o aparecimento, integração e diversificação de populações organizacionais nas comunidades de inovação. Os fenómenos de participação acontecem, sobretudo, com a prestação de serviços, passando por parcerias interorganizacionais, trabalho de interface de transferência de tecnologia, implementação da propriedade industrial, aposta no empreendedorismo académico, forte crescimento e diversificação das organizações participadas pelas universidades.

Pedro Andrade

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

Redes de conhecimento para a Sociologia do Conhecimento: Um ensaio de Hibridologia sobre Híbrimédia

O conhecimento não se entende hoje sem o recurso às novas tecnologias, não apenas da informação, mas tecnologias do conhecimento, que provocam transformações irreversíveis na própria Sociologia do Conhecimento. É importante aplicar uma Hibridologia, ou estudo das entidades híbridas, aos múltiplos 'objetos de fronteira' que se situam entre as redes de informação e as redes de conhecimento. Por outras palavras, a Hibridologia reflete essencialmente acerca dos instrumentos acionados pelo híbrimédia. E este termo significa uma inédita configuração dos media, que transmite e transmuta os saberes originários (seminais, iniciais) em saberes originais (inovadores). Em particular, o híbrimédia metamorfoseia a informação em conhecimento. Interrogação epistemológica: as redes do conhecimento tecem-se apenas em lugares de especialização dos saberes como a Universidade, ou igualmente em lugares informais como as redes sociais digitais? Nesta articulação, existe uma única História erudita do conhecimento ou/e várias histórias comuns dos saberes contadas pelos cidadãos? Pergunta teórico-empírica: as redes de conhecimento e a sua Sociologia podem entender-se hoje sem a conceptualização de uma genealogia dos poderes e saberes digitais, e, em termos empíricos, sem a biografia coletiva dos seus atores no terreno das redes sociais digitais? Note-se que a denominada 'Web 1.0' foi superada pela Web 2.0 ou Social e, recentemente, pela Web 3.0 (Web Social Semântica). É preciso estudar como as audiências digitais atuam nesta conjuntura emergente. Desassossego metodológico: como realizar a investigação e o ensino sobre as redes do conhecimento? Daremos exemplos de projetos de investigação, financiados pela FCT e coordenados pelo autor, que articulam os procedimentos seguintes:

- a *e-search*, ou seja, um conjunto de estratégias de busca de informação em motores de pesquisa ou a partir de outras estratégias digitais;

- e a *e-research* ou ciber-investigação, que se funda na tradução dessa informação em conhecimento, através de métodos e técnicas empíricas inerentes à *open research*.

Pedro Mendonça

Instituto Superior de Comunicação Empresarial
Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

A tecnologia como “matéria” de propaganda

O conceito de “propaganda” nem sempre é unívoco. Contudo, pode ser associado a uma forma de comunicação massificada que ajuda na criação de uma consciência e de um tipo de ação também eles massificados. A propaganda é geralmente entendida como algo não totalmente transparente. Jacques Ellul (1962) integra-a na lógica de uma sociedade tecnológica que se totaliza. A abordagem à retórica, por Michel Meyer (1993), vê numa retórica que não deixa espaço ao auditório para decidir sobre a melhor opinião um processo manipulativo que poderíamos integrar nesta prática.

Na pesquisa que se apresenta pretende-se desenvolver uma aplicação da noção de propaganda, a partir destes autores, ao contexto democrático e capitalista ocidental, articulando a sua componente comunicativa com uma expressão material nem sempre conceptualizada neste âmbito. Deste ponto de vista, a propaganda faz-se comunicacionalmente, mas também através de dispositivos tecnológicos que se inscrevem de forma sedutora no quotidiano, sem espaço para a recusa. É assim que a tecnologia é política (Winner, 1989): como comunicação e como disposição condicionadora. É ainda autorreferencial, pois aparece como performance hegemónica na lista de processos de sedução propagandistas.

Este estado tecnológico totalizador indicia-se não só nos altos níveis de consumo de tecnologias de informação e comunicação, mas também na discursividade que os acompanha, utópica e estimulante,

e nas fórmulas com que se constituem os seus interfaces com o consumidor/cidadão - muitas vezes como única opção. Vejam-se os casos da cidadania *online* sem alternativa *offline*; das competências informáticas crescentemente exigidas; nas atualizações constantes dos *softwares* de trabalho; no desdobrar de soluções/aplicativos que se propõem de forma acrítica; ou no fascínio que a inovação transporta consigo para os gabinetes de políticos e empresários, enquanto panaceia económica neo-shumpeteriana (Garcia, 2010). Neste trabalho, procuramos desenvolver esta reflexão, mostrando como ela se materializa em inúmeros exemplos do nosso quotidiano.

Sandra Pinto da Silva, Cláudia de Freitas & Susana Silva

EPIUnit - Instituto de Saúde Pública, Universidade do Porto

Como envolver o público numa pesquisa sobre doação de gâmetas? Repensar metodologias na ciência cidadã em regimes de anonimato

O envolvimento de dadores, beneficiários, investigadores, profissionais de saúde e decisores políticos num diálogo sobre Investigação e Inovação Responsáveis no âmbito da doação de gâmetas é particularmente complexo em países onde a doação de gâmetas é anónima, como acontece em Portugal. A realização de *scenario workshops* afigura-se como a estratégia metodológica adequada para coproduzir conhecimento associado à antecipação e reflexividade (avaliando expectativas societais face à governação de cuidados e investigação em saúde), à diversidade e inclusão (promovendo a participação e integração das perspetivas de diferentes *stakeholders*, incluindo grupos tradicionalmente excluídos), à abertura e transparência (promovendo diálogo e aprendizagem mútua entre *stakeholders* num espaço participativo comum), e à capacidade de resposta e mudança adaptativa (avaliando necessidades, propondo mudanças na agenda de investigação e contribuindo para políticas de saúde mais centradas nas pessoas). No entanto, o anonimato suscita desafios éticos e metodológicos no que respeita o planeamento e implementação de *scenario workshops*

no âmbito da doação de gâmetas, nomeadamente: Em que circunstâncias se podem juntar os vários *stakeholders* num único grupo de discussão? Qual o formato mais adequado: encontros presenciais ou uso de tecnologias digitais que salvaguardem o anonimato? Nesta comunicação, respondemos a estas questões com base em entrevistas semiestruturadas realizadas com doadores de gâmetas.

Apesar das potencialidades proporcionadas pelas metodologias participativas inovadoras em sociologia do conhecimento, da ciência e da tecnologia, estas têm que ser testadas e ajustadas para responder às necessidades, expectativas e preferências dos participantes, avaliando-se eventuais vieses. Na doação de gâmetas, importa responder a preocupações éticas quanto à garantia simultânea da confidencialidade da identidade e do direito dos doadores a serem esquecidos para permitir o envolvimento de múltiplos intervenientes em investigação participativa. Ao refletir sobre como conduzir investigação e inovação eticamente robusta, este estudo contribui para avaliar e responder aos desafios que emergem da implementação de ciência cidadã.

Sara Matos

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

(D)estandardização da privacidade: desafios da privacidade e proteção de dados no combate à criminalidade na União Europeia

As políticas de segurança da União Europeia têm-se debruçado na expansão de sistemas tecnológicos de partilha de dados em grande escala para auxílio no combate à criminalidade. A abordagem das ciências sociais tem sido a de perceber de que forma estas infraestruturas e o conseqüente fluxo de dados tende a reforçar a criminalização de certos grupos, nomeadamente, através da (d)estandardização da privacidade destes indivíduos. Este fenómeno tem gerado intenso debate em diferentes esferas da sociedade relativamente à necessidade de um equilíbrio entre os direitos civis e

a necessidade coletiva de segurança. Desta forma, para garantir a privacidade dos cidadãos é crucial recorrer a processos de standardização para o controlo da circulação de dados pessoais. Os discursos tecno-científicos e sobre o risco que legitimam estes sistemas tecnológicos neutralizam as diferenças legais, culturais e políticas entre os países permitindo a criação de um *standard* mínimo para a privacidade e a proteção de dados. A partir de um conjunto de entrevistas realizadas a Pontos de Contacto Nacional de Prüm responsáveis pela partilha automatizada de dados genéticos, analiso as suas perceções e os posicionamentos sociais, no que diz respeito às suas conceções sobre privacidade e proteção de dados dos cidadãos europeus. Num contexto de diversidade legislativa e jurisdicional dos Estados-Membros, relativo à recolha, processamento e transmissão de dados de cidadãos, pretende-se abrir a caixa negra da (d)standardização da privacidade através da compreensão dos processos sociais de co-construção entre ciência/tecnologia e ordem social. Neste cenário, será crucial refletir sobre os modos como se (des)encontram conceções abstratas de direitos de cidadania e as práticas concretas no plano de salvaguardas de proteção de dados pessoais para fins de investigação criminal.

Sofia Bento

SOCIUS- Research Centre in Economic and Organizational Sociology /CSG- Consortium of Social Sciences and Management, ISEG-School of Economics and Management, Universidade de Lisboa

Fausto Di Quarto

Universidade de Milano-Bicocca (Itália)

Participação pública no ambiente: pensar as vulnerabilidades das tecnologias sociais

Um dos principais focos da legislação ambiental e das políticas ambientais na Europa nos últimos 20 anos tem sido reduzir o impacte das atividades humanas no ambiente, aplicando a esta agenda processos de participação pública (PP). Porém vários autores (Cook &

Kolthari, 2001; Cambell Vainio Mattila, 2003) têm se posicionado de forma crítica face a este desígnio : porque os cidadãos são chamados tardiamente a intervir e quando tal acontece as decisões são essencialmente tomadas por experts, porque os dispositivos de participação acabam por despolitizar o campo em discussão, porque as configurações propostas de debate acentuam as diferenças em termos de poder. A implicação da sociedade civil tem mostrado resultados discutíveis e não propriamente positivos. A resolução dos problemas ecológicos não revela sempre ser conclusiva, e as soluções políticas ainda menos. A Diretiva Europeia da Agua é um exemplo da legislação que fomentou práticas participativas diversas nos países membros da UE. Analisando 2 contextos de PP no setor dos recursos hídricos na Europa-Itália e Portugal- pretendemos problematizar a PP encarando as dimensões de produção de conhecimento inerentes ao seu desenvolvimento. Por um lado, as ferramentas de PP tem sido apresentadas como dispositivos neutros; ora tal como nenhuma tecnologia tem apenas um determinado tipo de consequências e deve ser lida como uma rede de conexões situadas (Bijker et al., 1987), uma tecnologia social também deve ser pensada de forma não determinista. Por outro lado, inseridas numa sociedade tecnológica, as ferramentas de PP tal como outras tecnologias demonstram ter vulnerabilidades (Hommels et al., 2014). A nossa apresentação procurará pensar a PP à luz de conceitos usualmente mobilizados em STS-tecnologia social e vulnerabilidades. Mostraremos por um lado de que forma as ferramentas de PP revelam ambiguidades na sua aplicação, são “context-dependent” e localmente construídas. Finalmente, iremos defender que a leitura da PP no ambiente poderá ganhar novos inputs se deixar de adotar uma abordagem causal da participação.

Susana de Noronha

Centro de Estudos Sociais, Unversidade de Coimbra

A Terceira Metade das Coisas e do Conhecimento: o método antropológico para misturar cancos e objetos entre mulheres, arte(s) e ciência(s)

Esta comunicação apresenta as particularidades da metodologia usada na terceira parte de uma trilogia de investigação, conduzida entre 2014 e 2016, sobre a arte e a cultura material do cancro. As suas linhas, escritas e desenhadas entre mulheres, (re)misturando antropologia e arte, completam e dão uso às duas primeiras investigações, entendendo a arte como um “acrescento de experiência”, conhecimento e ação, o cancro como uma “doença modular”, uma montagem que também inclui coisas, e os objetos de cultura material como pedaços de doença, “realidades encastradas” nessa soma (Noronha, 2009, 2015). Aproveitando os conceitos já desenvolvidos, ajudo a contar as estórias dos nove cancros de oito mulheres portuguesas do meu círculo relacional, arrumando os acontecimentos e objetos apontados pelas suas palavras. Desenhou-se um exercício transdisciplinar e intersubjetivo na compreensão destes cancros, anulando separações entre experiência, antropologia e arte, retirando os sentidos corporais, o desenho, a pintura, a fotografia e a imaginação da condição marginal de meios acessórios, usando-os numa mistura indivisa, como matérias, recursos, instrumentos, métodos e saberes centrais à investigação em ciência social. Este exercício metodológico, feito naquilo a que chamo a “terceira metade das coisas e do conhecimento”, resultou num texto com coisas dentro, misturando pedaços de cancro entre corpos, sensações, emoções, ideias, gestos, palavra dita, escrita criativa, etnografia e ilustração científica. Textos e séries de imagens, feitas em desenho, pintura e fotografia, resultam de uma construção criativa e coletiva entre mim e as oito mulheres, partindo das suas narrativas de doença, dando forma, sentido e um uso público às experiências dos seus tumores malignos.

